

CLIPPING IMPRESSO 05/08/2016



INDICE

Ι.	JORNAL A TARDE
	1.1. AÇÕES TJMA
	1.2. PROCESSO SELETIVO
2.	JORNAL ATOS E FATOS
	2.1. VARA CRIMINAL
3.	JORNAL CORREIO DE NOTICIAS
	3.1. PROCESSO SELETIVO
4.	JORNAL CORREIO POPULAR
	4.1. COMARCAS
	4.2. DECISÕES
5.	JORNAL ESTADO DO MARANHÃO
	5.1. JUÍZES
	5.2. PROCESSO SELETIVO
	5.3. VARA CRIMINAL
6.	JORNAL O DEBATE
	6.1. VARA DA MULHER
7.	JORNAL O IMPARCIAL
	7.1. COMARCAS
	7.2. DECISÕES
	7.3. SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS
	7.4. VARA CRIMINAL
8.	JORNAL O PROGRESSO
	8.1. COMARCAS
	8.2. PROCESSO SELETIVO
	8.3. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE
9.	JORNAL PEQUENO
	9.1. DECISÕES
	9.2. ESMAM
	9.3. PROCESSO SELETIVO
	9.4. SEM ASSUNTO
	9.5. VARA CRIMINAL

de Justiça (...)

IMPLANTAÇÃO – O Processo Judicial Eletrônico passou a ser utilizado, no Tribunal de Justiça, desde essa segunda-feira (1º) para apelação cível, agravo de instrumento e remessas necessárias. O agravo de instrumento, inclusive, está sendo recebido eletronicamente para impugnação de decisões proferidas em processos físicos de natureza não criminal, nos termos da Comarca da Ilha (Paço do Lumiar, Raposa, São José de Ribamar e São Luís), além dos efeitos suspensivos.

Os agravos de instrumento podem ser peticionados por advogados, defensores e procuradores, de qualquer lugar, desde que tenha acesso à Internet. Os mencionados recursos serão enviados diretamente ao gabinete do desembargador relator do processo, em ambiente virtual, não tramitando mais pelo Protocolo do Tribunal.

Judiciáriolançaeditalparaconcursodenotários

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) lançou edital de abertura de concurso público com o objetivo de preencher vagas para serviços notariais e de registros, em todo o Estado. A publicação oficial do edital estará disponível em breve no portal do Poder Judiciário.

São 91 vagas disponíveis para preenchimento, sendo 61 por ingresso e 30 por remoção. Portadores de deficiência têm direito a reserva de 5% do total das vagas oferecidas.

O Concurso Público será aplicado sob a responsabilidade do Instituto de Estudos Superiores do Extremo Sul (IESES), sob a supervisão da Comissão Organizadora do Concurso, que tem como membros o desembargador José Luiz Almeida (presidente), os juízes de Direito, Nelson Ferreira Martins Filho, Alice Prazeres Rodrigues e Ariane Mendes Castro Pinheiro; a promotora de Justiça, Ana Teresa Silva de Freitas (representando o Ministério Público Estadual), o advogado João Carlos Duboc Junior (representando a OAB-MA), a registradora Sônia Maria Bomfim Ericeira e o tabelião Felipe Madruga Truccolo (representantes dos titulares das Serventias Extrajudiciais).

O concurso será realizado mediante aplicação de prova
objetiva no dia 20 de novembro
deste ano e trará 100 questões
divididas nos temas de direito
nas especialidades notarial e
registral, constitucional, administrativo e tributário, civil, comercial, processual civil, penal
e processual penal, Direito judiciário do Maranhão e Conhecimentos Gerais. A duração da
prova será de quatro horas.

Os aprovados terão segunda fase com prova discursiva - escrita e prática -avaliação de títulos e prova oral.

Os interessados em participar do concurso devem participar de audiência pública, que será realizada no dia 30 de agosto, às 9h, no Plenário do Tribunal de Justiça do Maranhão, quando serão definidas, por sorteio, as serventias a serem reservadas às pessoas com deficiência (PcD).

As inscrições deverão ser feitas através do site www.cartorio2016.tjma.ieses.org ouwww.
tjma.jus.br em INSCRIÇÕES
ON LINE e preencher a ficha de
inscrição no período de 5 de setembro de 2016 a 7 de outubro
de 2016. Após a inscrição, imprimir boleto bancário e efetuar o
pagamento da taxa de inscrição
no valor de R\$ 250,00 até 7 de
outubro de 2016.

Justiça manda prender o perigoso "Negueba"

Justiça manda prender o perigoso "Negueba"

Em cumprimento a mandado de prisão preventiva expedido pela 3ª Vara Criminal, agentes da Delegacia de Roubos e Furtos (DRF) localizaram e detiveram Eldiomar Lopes Cantanhede, o "Negueba" (foto). Ele é acusado de, em companhia de mais dois comparsas, realizar roubo em uma residência localizada no Bairro Coheb do Sacavém, de onde levaram vários objetos. Na época, a Polícia conseguiu recuperar 02 TVs de 42 polegadas e 02 Playstations.

"Nequeba" foi apre-



sentado na Delegacia de Roubos e Furtos, onde o Delegado Cláudio Mendes tomou as providências previstas no Código Penal Brasileiro (CPB).

JUDICIÁRIO LANÇA EDITAL PARA CONCURSO DE NOTÁRIOS

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) lançou edital de abertura de concurso público com o objetivo de preencher vagas para serviços notariais e de registros, em todo o Estado. A publicação oficial do edital estará disponível em breve no portal do Poder Judiciário.- Pag. 5



EMPREGO

Judiciário lança edital para concurso de notários

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) lançou edital de abertura de concurso público com o objetivo de preencher vagas para serviços notariais e de registros, em todo o Estado. A publicação oficial do edital estará disponível em breve no portal do Poder Judiciário.

São 91 vagas disponíveis para preenchimento, sendo 61 por ingresso e 30 por remoção. Portadores de deficiência têm direito a reserva de 5% do total das vagas oferecidas.

O Concurso Público será aplicado sob a responsabilidade do Instituto de Estudos Superiores do Extremo Sul (IESES), sob a supervisão da Comissão Organizadora do Concurso, que tem como membros o desembargador José Luiz Almeida (presidente), os juízes de Direito, Nelson Ferreira Martins Filho, Alice Prazeres Rodrigues e Ariane Mendes Castro Pinheiro; a promotora de Justiça, Ana Teresa Silva de Freitas (representando o Ministério Público Estadual), o advogado João Carlos Duboc Junior (representando a OAB-MA), a registradora Sônia Maria Bomfim Ericeira e o tabelião Felipe Madruga Truccolo (representantes dos titulares das Serventias Extrajudiciais).

O concurso será realizado mediante aplicação de prova objetiva no dia 20 de novembro deste ano e trará 100 questões divididas nos temas de direito nas especialidades notarial e registral, constitucional, administrativo e tributário, civil, comercial, processual civil, penal e processual penal, Direito judiciário do Maranhão e Conhecimentos Gerais. A duração da prova será de quatro horas.

Os aprovados terão segunda fase com prova discursiva – escrita e prática –avaliação de títulos e prova oral.

Os interessados em participar do concurso devem participar de audiência pública, que será realizada no dia 30 de agosto, às 9h, no Plenário do Tribunal de Justiça do Maranhão, quando serão definidas, por sorteio, as serventias a serem reservadas às pessoas com deficiência (PcD).

As inscrições deverão ser feitas através do site www. cartorio 2016.tjma.ieses.org ouwww.tjma.jus.br em INS-CRIÇÕES ON LINE e preencher a ficha de inscrição no período de 5 de setembro de 2016 a 7 de outubro de 2016. Após a inscrição, imprimir boleto bancário e efetuar o pagamento da taxa de inscrição no valor de R\$ 250,00 até 7 de outubro de 2016.



São 91 vagas disponíveis para preenchimento

I Jornada Sobre Gênero da Região Tocantina discute avanços e eficácia da Lei Maria da Penha

>> Pág. 03

Dez anos de Lei Maria da Penha: I Jornada Sobre Gênero da Região Tocantina discute avanços e eficácia

O evento vai ocorrer nos dias 9 e 10 de agosto no auditório da UFMA e vai contar com a presença de representantes da Rede de Atendimento à Mulher



O Brasil registrou, nos dez primeiros meses do ano passado, 63.090 denúncias de violência contra a mulher, o que corresponde a um relato a cada 7 minutos no país.

POSITIVA - CM.: 192 (32 x 6 col)

discute avanços e eficácia

Brenda Herênio

Lei Maria da Penha marco no combate à violência doméstica no Brasil, completa em agosto deste dez anos de existência. Para discutir os avanços, eficácia e os serviços oferecidos às mulheres vítimas de violência doméstica, o Fórum de Mulheres, juntamente com o Centro de Defesa de Direitos Humanos Padre Josimo e o Centro de Estudos, Educação, Terra e Trabalho da UFMA organizam a I Jornada Sobre Gênero da Região Tocantina que vai ocorrer nos dias 9 e 10 de agosto em Imperatriz.

O objetivo do evento é, além de discutir a lei, apresentar a sociedade os serviços existentes na cidade, sua atuação e mostrar uma avaliação do movimento feminista em relação ao trabalho desenvolvido. Estarão presentes na jornada a juíza da Vara da Mulher, Ana Paula Araújo, o promotor de defesa da mulher, Joaquim Junior, a defensora pública, Jeruska Campelo, a delegada Carolina Cardoso, a coordenadora do Centro de Referência de Atendimento à Mulher, Sueli Brito, e a coordenadora da Casa Abrigo, Eliete Sousa. Todos fazem parte da chamada "Rede de Atendimento à Mulher de Imperatriz" que atendem as vítimas de violência física e psicológica relacionada à gênero.

"A violência de gênero é uma construção social que só pode ser combatida com relações sociais e familiares livres de preconceitos, estereótipos e o fim da tolerância às desigualdades entre homens e mulheres", afirma a coordenadora do Fórum de Mulheres de Imperatriz, Conceição Amorim. Os participantes vão receber certificado de 20 horas.

As atividades relacionadas ao assunto começam antes mesmo da jornada. Neste sábado, 06, às 14h haverá um aulão com o tema "Violência contra a mulher: a dor, física, psicológica e moral das mulheres e o amor" que vai refletir sobre a compreensão do fenômeno numa perspectiva sociológica e feminista. No domingo e segunda-feira, 07 e 08, haverá panfletagem na Av. Beira Rio, UFMA, UEMA, faculdades particulares e calcadão.

Na próxima terça-feira, 09, inicia a I Jornada Sobre Gênero da Região Tocantina às 18h30 com a mesa redonda "Conhecendo os serviços especializados no atendimento às mulheres em situação de violência em Imperatriz", no auditório da UFMA — Unidade Centro. Na quarta-feira, 10, a programação segue no mesmo horário e local com a mesa redonda "10 anos da Lei Maria



da Penha". Farão parte desse momento a representante do Centro de Direitos Humanos Padre Josimo, Conceição Amorim, e a especialista em Serviço Social, Maria Zenilda.

Para encerrar o evento, às 20h30, o Centro de Estudos, Educação, Terra e Trabalho fará uma entrega de cerificado aos servidores e servidoras dos serviços de enfrentamento à violência contra a mulher em reconhecimento aos trabalhos prestados à sociedade de Imperatriz.

Dados nacionais - O Brasil registrou, nos dez primeiros meses do ano passado, 63.090 denúncias de violência contra a mulher - o que corresponde a um relato a cada 7 minutos no país. Os dados são da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), a partir de balanço dos relatos recebidos pelo Ligue 180. Entre estes registros, quase metade (31.432 ou 49,82%) corresponde a denúncias de violência física e 58,55% foram relatos de violência contra mulheres negras.

O Ligue 180 também registrou 19.182 denúncias de violência psicológica (30,40%), 4.627 de violência moral (7,33%), 3.064 de violência sexual (4,86%) e 3.071 de cárcere privado (1,76%). Os atendimentos registrados mostram ainda que 77,83% das vítimas têm filhos e que mais de 80% destes filhos presenciaram ou também sofreram a violência. Os dados também mostram ainda que, entre os relatos de violência, 85,85% corresponderam a situações em ambiente doméstico e familiar. Na maioria dos relatos (67,36%), as violências foram cometidas por homens com os quais as vítimas tinham ou já tiveram algum vínculo afetivo, como cônjuges, namorados, ex-cônjuges ou ex-namorados.

Buriti

Justiça mantém prisão do ex-prefeito de Buriti



O desembargador João Santana foi o relator do processo.

O ex-prefeito de Buriti, Francisco Evandro Freitas Costa Mourão - o "Neném Mourão" - teve sua prisão preventiva mantida pela 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), que negou pedido de habeas corpus com pedido de liminar de soltura em favor do ex-gestor. Mourão está preso preventivamente por determinação do juiz titular da Comarca de Buriti, José Pereira Lima Filho, com base no artigo 312 do Código de Proces-

so Penal (CPP).
A denúndo pelo Ministério P A denúncia contra Neném Mourão foi feita pelo Ministério Público do Maranhão (MPMA), com base em auditoria do Tribunal de Contas do Estado (TCE), que constatou despesas sem o processo prévio de licitação, para aquisição de materiais de consumo e imobiliários e serviços de engenharia. A auditoria indicou, ainda, a apropriação de despesas contabilizadas e não comprovadas com o Pasep (Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público) e Folha de Pagamento.

Entre as acusações atribuídas ao ex-gestor, inclui-se o uso indevido de recursos públicos, na ordem de R\$ 712.437,49, na época em que ele exercia o cargo de prefeito do município de Buriti, em 2008. Nos autos do processo constam, também, as acusações de violência doméstica e posse ilegal de arma. Os crimes estão previstos no Código de Processo Penal e nas leis 201/67, 8.666/93, 10.826/03 e 11.340/06.

Em recurso interposto junto ao Tribunal de Justica, a defesa de Neném Mourão afirmou não existir condenação criminal contra o ex-prefeito. Sustentou que o mesmo tem boa conduta e alegou cerceamento de defesa e ausência de requisitos para autorização da custódia cautelar.

O relator do processo, desembargador João Santana, enfatizou que o ex-prefeito tornou-se réu em várias ações penais, entre os anos de 2009, 2012 e 2016. Frisou que as ações estão em andamento, com recebimento de denúncia, sem a conclusão da instrução criminal.

O magistrado votou pela manutenção da prisão de Francisco Evandro Freitas Costa Mourão. acompanhando parecer da Procuradoria Geral de Justica (PGJ). (TJ-MA)

• Foi da juíza Alice Prazeres a decisão de acolher a ação contra o prefeito Edivaldo Júnior, impetrada pelo ex-juiz Marlon Reis.

Judiciário lança edital para concurso de notários

Os interessados em participar do concurso devem comparecer em audiência pública, que será realizada no dia 30 deste mês; 91 vagas estão disponíveis

Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) lançou edital de abertura de concurso público com o objetivo de preencher vagas para serviços notariais e de registros, em todo o Estado. A publicação oficial do edital estará disponível em breve no portal do Poder Judiciário. São 91 vagas disponíveis para preenchimento, sendo 61 por ingresso e 30 por remoção. Portadores de deficiência têm direito a reserva de 5% do total das vagas oferecidas.

O concurso público será aplicado sob a responsabilidade do Instituto de Estudos Superiores do Extremo Sul (Ieses), sob a supervisão da Comissão Organizadora do Concurso, que tem como membros o desembargador José Luiz Almeida (presidente), os juízes de Direito, Nelson Ferreira Martins Filho, Alice Prazeres Rodrigues e Ariane Mendes Castro Pinheiro; a promotora de Justiça, Ana Teresa Silva de Freitas (representando o Ministério Público Estadual), o advogado João Carlos Duboc Junior (representando a OAB-MA), a registradora Sônia Maria Bomfim Ericeira e o tabelião Felipe Madruga Truccolo (representantes dos titulares das Serventias Extrajudiciais).

Prova

O concurso será realizado mediante aplicação de prova objetiva no dia 20 de novembro deste ano e trará 100 questões divididas nos temas

TJMA

Inscrição deve ser feita no site

As inscrições deverão ser feitas pelo site www.cartorio2016.tjma.iese s.org ouwww.tjma.jus.br em inscrições on-line e preencher a ficha de inscrição, de 5 de setembro a 7 de outubro de 2016. Após a inscrição, imprimir boleto bancário e efetuar o pagamento da taxa de inscrição no valor de R\$ 250,00 até 7 de outubro.

de direito nas especialidades notarial e registral, constitucional, administrativo e tributário, civil, comercial, processual civil, penal e processual penal, direito judiciário do Maranhão e conhecimentos gerais. A duração da prova será de quatro horas.

Os aprovados terão segunda fase com prova discursiva – escrita e prática –avaliação de títulos e prova oral.

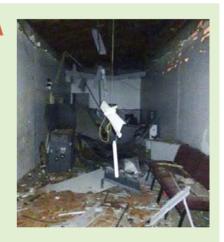
Os interessados em participar do concurso devem comparecer em audiência pública, que será realizada no dia 30 de agosto, às 9h, no Plenário do Tribunal de Justiça do Maranhão, quando serão definidas, por sorteio, as serventias a serem reservadas às pessoas com deficiência (PcD).

Bela Vista do MA

Quadrilha

explode banco, mas não acessa dinheiro

POLÍCIA 6



Bando explode banco em Bela Vista, mas não leva o dinheiro

Um dos quadrilheiros, morador na cidade e que seria líder da quadrilha, foi preso em sua casa; os outros ladrões, que já estariam identificados, estão sendo procurados pela polícia; esta foi a 32ª agência explodida este ano no MA

ISMAEL ARAÚJO Da editoria de Polícia

polícia conseguiu prender ontem um dos "cabeças" do bando acusado de ter explodido, durante a madrugada, a agência do Bradesco na cidade de Bela Vista do Maranhão, identificado como Genivaldo Alves de Oliveira, de 36 anos, natural do município de Vitória do Mearim. Na residência do bandido, em Bela Vista do Maranhão, a polícia encontrou materiais utilizados em assaltos a bancos, como artefato explosivo, foguete, pé de cabra, marreta, além de maconha, cocaína e crack. Somente este ano, 32 bancos já foram explodidos no estado.

O bandido preso ontem foi levado para a Delegacia Regional de Santa Inês e apresentado ao delegado Ederson Martins. Segundo o delegado, o criminoso vinha sendo investigado já há alguns meses, após os policiais terem encontrado fotos dele em rede social exibindo armas de fogo de grosso calibre, como escopeta e pistolas.

Ainda ontem, a equipe de policiais foi informada de que Genilvado Alves teve participação direta na explosão do Bradesco de Bela Vista do Maranhão e teria utilizado a sua casa como ponto de base para os outros quatro criminosos. A polícia foi até a casa, conseguiu prender Genivaldo Alves e ainda apreendeu os objetos utilizados nessa ação criminosa.

O delegado disse também que os outros bandidos já foram identificados e terão a sua prisão solicitada ao Poder Judiciário. Também ontem, um forte aparato composto por policiais militares e civis estavam realizando incursões pela região do Pindaré e cidades adjacentes para prender os outros assaltantes. "A polícia está toda movimentada para prender ainda esta semana o restante do bando", declarou Ederson Martins.

Ele também afirmou que no momento os integrantes de quadrilhas especializadas em roubo a bancos estão adquirindo foguetes para a fabricação das bananas de dinamites, usadas posteriormente nos assaltos. "Eles compram os foguetes e retiraram a pólvora para fabricar as bananas explosivas", informou o delegado.

Explosão

O delegado caracterizou a ação realizada pelo bando como frustrada pelo fato de não terem levado nenhuma quantia em dinheiro. Eles teriam chegado à cidade de Bela Vista do Maranhão na madrugada de ontem em duas motocicletas e um veículo, de placas não identificadas. O bando se deslocou até a agência bancária, arrombou primeiramente a porta de entrada e instalou a dinamite.

A explosão foi tão forte que destruiu o prédio, mas o cofre resistiu e eles não puderam retirar o dinheiro. A polícia foi acionada e, ao chegar ao local, ainda trocou tiros com os assaltantes, que conseguiram fugir. Não houve registro de baleados.



Agência do Bradesco em Bela Vista do Maranhão ficou destruída, mas o cofre resistiu à explosão

Dados sobre condenações pela Lei Maria da Penha são incompletos

Sergipe é único que tem dados de condenações ano a ano desde 2006. Alguns estados não têm número algum e outros dizem não ter como saber

Os números de condenações pela Lei Maria Da Penha não são conhecidos em todos os estados do país. O G1 fez uma solicitação aos tribunais de Justiça de todo o Brasil no início do mês de julho para ter um panorama das condenações desde 2006, referentes aos 10 anos de existência da lei, mas os dados não estão disponíveis ou estão incompletos.

Apenas 12 estados e o DF têm dados sobre condenações, mas de formas distintas - só Sergipe tem registros anuais de condenações desde 2006.

Alagoas tem dados a partir de 2010. Amapá, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul têm números totais desde a criação da lei, mas eles não estão divididos por ano. Distrito Federal e Piauí só começaram a contabilizar os registros em 2013. Maranhão só tem o registro total, mas a partir de 2008. Mato Grosso tem um dado consolidado a partir de 2009. Mato Grosso do Sul e Minas Gerais começaram a contabilizar as condenações apenas em 2010. Pernambuco faz um registro ano a ano, mas ele só começou em 2009. Santa Catarina só tem dados de 2015.

Dois estados têm apenas números de processos julgados - caso de Roraima e Tocantins. Já Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Goiás e Paraná disponibilizam somente os processos em andamento. Acre, Pará e Rondônia têm apenas dados sobre medidas protetivas.

Bahia, Paraíba, Rio Grande do Norte e São Paulo não responderam ao questionamento do G1.

Procurado, o Ministério da Justiça diz que não tem números nacionais e que é a Secretaria de Políticas para as Mulheres a res-



Condenados na Lei Maria da Penha fazem 'aulas de comportamento' no Paraná

ponsável por dados referentes à Lei Maria da Penha. A secretaria, por sua vez, diz que "os processos judiciais e seus resultados são de competência do Poder Judiciário e, portanto, cabe a ele centralizar essas informações".

"A principal publicação com informações sobre os processos judiciais atualmente chama-se Justiça em Números, porém apenas em sua última edição foram apresentados dados referentes aos processos judiciais. Esses dados foram apresentados apenas sobre os assuntos com maior recorrência em cada tribunal de Justiça, não sendo possível um levantamento nacional", diz a pasta. "Não há, atualmente, levantamento nacional sobre os resultados dos processos judiciais dos casos de Lei Maria da Penha nem mesmo sobre as condenações."

Falta de uniformização nos dados - Segundo a desembargadora aposentada Jane Silva, é preciso ter um controle maior sobre os dados de condenações no país. "Acredito que tinha que ter mais varas especializadas nisso, porque a violência cresce a cada dia. Deveríamos informatizar a informação, para conseguirmos ter os dados reais, uniformes", pondera.

Jane reforça que a Lei Maria da Penha é boa, mas não está tendo efetividade. "É preciso ter cuidado na punição, na agilidade, senão prescreve e aí os homens não se assustam", diz.

Ainda sobre a lei, a desembargadora ressalta que, na visão dela, é preciso ter uma revisão. "É preciso sentar, conversar, trocar ideias pra que a lei tenha total eficiência, senão as próprias víti-

mas voltam atrás. A mulher precisa ter um abrigo, receber uma pensão até voltar a trabalhar pra conseguir se sustentar. São questões psicológicas, traumas que não somem de um dia pra o outro e é preciso ter essa ajuda."

Fernanda Marinela, presidente da OAB-AL e da Comissão Nacional de Honra da Mulher Advogada, também destaca que a falta de números consolidados nacionais é um problema. "A lei está funcionando em sua plenitude, mas ela não tem números, não tem estatísticas, o que acarreta num grande problema da sociedade. Sem esses dados, o Estado se mantém inerte, já que as mudanças só são feitas através de números. Hoje em dia não temos ações concretas. Falta política de direcionamento." Fonte: G1.

COMEMORAÇÃO



A Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, através da Frente Parlamentar de Combate à Violência Contra a Mulher, realizou na manhã de ontem (04), sessão solene alusiva às comemorações dos dez anos da Lei Maria da Penha, nº 11.340/06, que entrou em vigor em 07 de agosto de 2006. Na ocasião foram homenageadas várias instituições que desenvolvem trabalhos em defesa e proteção da mulher maranhense. Os homenageados foram: a delegada Kazumi Tanaka, titular da Delegacia Especial da Mulher em São Luís; o juiz da Vara da Mulher, Nelson Moraes Rego; secretária de Estado da Mulher, Laurinda Pinto; secretária da Mulher de Imperatriz, Conceição Formiga; defensor público do Estado Herberth de Moraes Júnior; coordenadora municipal de Mulher de São Luís, Vânia Albuquerque; Ana Lúcia, da Casa de Abrigo da Mulher e Sílvia Leite, do Hospital Socorrão II. Também prestigiaram a solenidade os deputados Rogério Cafeteira (PSB) e Graça Paz (PSL), que presidiu a sessão; os alunos do Centro de Ensino Mônica Vale, e demais convidados.



Espetáculo 'Cartas de Minha Vida'

A apresentação da peça teatral *Cartas de Minha Vida* na manhã da última sexta-feira (27), no auditório do Salão do Júri do Fórum de Timon, marcou o encerramento da Semana Estadual de Valorização da Mulher realizada naquela Comarca. Idealizado pelo artista plástico e educador Valdsom Braga e encenado por reeducandas da Penitenciária Feminina de Teresina (PI) que formam o Grupo de Mulheres de Aço e de Flores, o espetáculo faz referência à história das internas por meio da alusão à vida da pintora Frida Kahlo.

- O que seria uma solução para o transporte público de São Luís, o VLT acabou virando uma encrenca das mais intrincadas. Como os trens fabricados no Ceará foram colocados num pequeno trecho de ferrovia, virou apenas um símbolo, sem levar nada e lugar nenhum. Hoje é um "embrulho" sem dono.
- O projeto do então prefeito João Castelo virou um monstrengo ferroviário em 2012 e até hoje permanece enclausurado num depósito, custando caro ao município. A pedido de Edivaldo Júnior, o juiz Cícero Dias de Sousa Filho condenou a empresa fabricante, Sinal Indústria e Comércio, pagar as despesas de guarda e manutenção do VLT.

DÍVIDA

Certidões já são enviadas eletronicamente

A Corregedoria Geral da Justiça autorizou os cartórios de protesto extrajudicial do Estado do Maranhão a apresentação, por meio eletrônico, da Certidão da Dívida Ativa (CDA), visando ao protesto extrajudicial de dívida de contribuinte com a fazenda pública.

Poderão ser apresentadas por via digital para protesto as CDAs emitidas pela União, Estados e Municípios, bem como autarquias e fundações. A apresentação pode ser no original ou por simples indicação do órgão competente encaminhada por meio digital.

Quando for por indicação, o documento deverá constar, também a declaração de que a dívida foi regularmente inscrita e o que o respectivo termo contém todos os requisitos exigidos por lei. Mas, em ambos os casos, o apresentante da CDA deve firmar declaração

garantindo a origem e a integridade do documento digitalizado, bem como a posse da documentação digitalizada.

A decisão considerou que as novas tecnologias permitem a aprestação de serviços extrajudicial de maneira integrada, segura e célere.

NO XADREZ ··

Polícia recolhe à prisão condenado por assaltos

A Polícia Civil do Maranhão, por intermédio da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), prendeu, no bairro São Francisco, em São Luís, Hailton dos Santos Silva, de 24 anos. A prisão foi realizada em cumprimento a mandado de prisão, por sentença condenatória, expedido pela 3ª Vara Criminal, da Comarca de São Luís.

Hailton dos Santos Silva foi preso pelos crimes de roubos a transeuntes, em 2014, no bairro do Renascença. Ele e um adolescente realizavam os assaltos utilizando uma motocicleta. As vítimas eram principalmente mulheres.

No município de Olinda Nova, a Polícia Civil, por meio da Superintendência de Polícia Civil do Interior (SPCI), prendeu Marcos André de Sousa Araújo, pelo crime de tráfico de entorpecentes. O delegado Rodrigo Alônso, que responde pela delegacia de Olinda Nova, informou que, no momento da prisão, Marcos estava de posse de uma quantidade considerável de maconha, que seria comercializada.

Acusada de homicídio vai a júri na Comarca de Estreito

Júri a ser promovido pela 1ª Vara da Comarca de Estreito no próximo dia 28, as 8h30, no Salão do Tribunal de Júri da unidade, leva ao banco de réus Luzinete de Sousa Guajajara. Ela responde pela acusação de homicídio que teve por vítima Antonio da Silva Dias.

De acordo com a denúncia, o crime ocorreu no dia 25 de abril de 2010, por volta das 10h. Ainda de acordo com a denúncia, na ocasião a ré e a vítima, acompanhados de outras pessoas participavam de uma confraternização e ingeriam bebida alcoólica, especialmente cachaça.

Consta da denúncia que, após ter ingerido um litro de cachaça, a ré teria se afastado do grupo e passado a consumir crack à beira do rio. Em seguida, Luzinete retornou ao estabelecimento ao que iniciou uma série de provocações contra a vítima, insistindo com a mesma para irem para o bar ao lado do que se encontravam. Diante da negativa de Antonio, Luzinete teria jogado um copo de bebida no rosto dele.

Contrariada, a mulher teria ido sozinha para o bar ao lado, voltando constantemente ao estabelecimento em que se encontrava a vítima para provocá-la.

Faca - Relata a denúncia que por volta das 15h Antonio teria saído do bar com a intenção de ir para casa, no entanto foi abordado por Luzinete quando passava em frente ao bar onde a ré se encontrava, momento em que recomeçou a discussão entre ambos e que culminou com um tapa no rosto da ré desferido pela vítima.

Enfurecida, Luzinete teria chamado dois amigos (de identidade desconhecida) que passaram a agredir fisicamente Antonio - na ocasião desarmado e alcoolizado - jogando-o no meio da rua.

De acordo com os autos, após o espancamento de que foi vítima Antonio tentou fugir do local, mas foi perseguido pela ré, que continuou agredindo a vítima com socos e tapas, até sacar de uma faca tipo peixeira com a qual desferiu o golpe que resultou na morte de Antonio.

Judiciário lança edital para concurso de notários



O concurso será realizado mediante aplicação de prova objetiva no dia 20 de novembro deste ano

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) lançou edital de abertura de concurso público com o objetivo de preencher vagas para serviços notariais e de registros, em todo o Estado. A publicação oficial do edital estará disponível em breve no portal do Poder Judiciário.

São 91 vagas disponíveis para preenchimento, sendo 61 por ingresso e 30 por remoção. Portadores de deficiência têm direito a reserva de 5% do total das vagas oferecidas.

O Concurso Público será aplicado sob a responsabilidade do Instituto de Estudos Superiores do Extremo Sul (IE-SES), sob a supervisão da Comissão Organizadora do Concurso, que tem como membros o desembargador José Luiz Almeida (presidente), os juízes de Direito, Nelson Ferreira Martins Filho, Alice Prazeres Rodrigues e Ariane Mendes Castro Pinheiro; a promotora de Justiça, Ana Teresa Silva de Freitas (representando o Ministério Público Estadual), o advogado João Carlos Duboc Junior (representando a OAB-MA),

a registradora Sônia Maria Bomfim Ericeira e o tabelião Felipe Madruga Truccolo (representantes dos titulares das Serventias Extrajudiciais).

O concurso será realizado mediante aplicação de prova objetiva no dia 20 de novembro deste ano e trará 100 questões divididas nos temas de direito nas especialidades notarial e registral, constitucional, administrativo e tributário, civil, comercial, processual civil, penal e processual penal, Direito judiciário do Maranhão e Conhecimentos Gerais. A duração da prova será de quatro horas.

Os aprovados terão segunda fase com prova discursiva – escrita e prática –avaliação de títulos e prova oral.

Os interessados em participar do concurso devem participar de audiência pública, que será realizada no dia 30 de agosto, às 9h, no Plenário do Tribunal de Justiça do Maranhão, quando serão definidas, por sorteio, as serventias a serem reservadas às pessoas com deficiência (PcD).

As inscrições deverão ser feitas através do site www.cartorio2016.tjma.ieses.org ou www.tjma.jus.br em INS-CRIÇÕES ON LINE e preencher a ficha de inscrição no período de 5 de setembro de 2016 a 7 de outubro de 2016. Após a inscrição, imprimir boleto bancário e efetuar o pagamento da taxa de inscrição no valor de R\$ 250,00 até 7 de outubro de 2016. (Asscom TJMA)

POSITIVA - CM.: 128 (32 x 4 col) mãe adotante

Justiça determina que certidão de criança adotada tenha nome de mãe biológica e mãe adotante

Em sentença assinada nessa quarta-feira, 03, o juiz Delvan Tavares, titular da Vara da Infância e da Juventude de Imperatriz, determina que o nome da mãe biológica de R.S.S, Luzileide da Soledade Sousa, bem como o nome da mãe e do pai adotantes, respectivamente Maria da Saúde Farias Santos e João de Souza Alves, constem do registro civil da criança.

Na sentença, o magistrado determina ainda o cancelamento do registro civil da criança, bem como a emissão de novo registro no qual constem os referidos nomes e os sobrenomes de ambas as mães no nome da criança adotada. "Com o novo registro, a criança passará a chamar-se R.S.A.S, filho de João de Souza Alves e de Maria da Saúde Farias Santos e Luzileide da Solidade Sousa", consta da sentença. Os nomes dos avós paternos e maternos - das duas mães - também deverão constar do novo registro.

O julgamento resultou de entendimento alcançado entre o casal pretendente à adoção e a mãe biológica da criança durante audiência de instrução e julgamento relativa à Ação de Adoção. Na audiência, Luzileide e o casal concordaram no deferimento do pedido de adoção "sem a destituição do poder familiar da mãe, ou seja, com a preservação do nome desta no registro de nascimento da criança". Ainda na audiência, Ministério Público, Defensoria

Pública e Advogados dos adotantes manifestaram-se favoráveis ao entendimento.

Segundo o juiz em seu relatório, não obstante o conteúdo do art. 41 do ECA, "que leva a crer que em toda adoação haverá substituição da família biológica pela família adotiva, há um ponto, entretanto, que exige enfrentamento: a possibilidade de se deferir a adoção, com anuência da mãe, sem que seu nome seja excluído do registro de nascimento da criança, ou seja, a possibilidade da criança, doravante, ostentar no seu assento de nascimento duas mães e um pai".

Multiparentalidade - Para o magistrado, a despeito da não previsão expressa na legislação, "têm razão os autores, a mãe biológica, Defensoria Pública e Ministério Público ao se manifestarem no sentido do deferimento da adoção com anuência da genitora e preservação da sua condição de mãe da criança".

Na visão de Delvan Tavares, o conceito de família ganhou amplitude na atualidade, especialmente no que se refere à chamada multiparentalidade, que "remete para a concepção de que a família não se restringe ao modelo tradicional por muito tempo albergado com exclusividade pelo ordenamento jurídico brasileiro, pai, mãe e filhos, de modo geral vinculados por laços de consanguinidade".

Vínculo parental - Destacando o previsto no art. 1.593 do Código Civil, que prevê que "o parentesco é natural ou civil, conforme resulte de consanguinidade ou outra origem, o juiz afirma que essa previsão (outra origem) "remete claramente para a necessidade de se contemplar outras formas de surgimento de uma relação de parentesco que, muitas vezes, só as particularidades do caso são capazes de determinar".

Nas palavras do magistrado, ao se permitir a uma criança que possua simultaneamente duas mães (biológica e socioafetiva), não se cria nenhum embaraço a ela, mas, ao contrário, garante-se a essa criança que mantenha um vínculo parental com ambas. E continua: "Caso a mãe biológica fosse destituída do poder familiar poderia ser impedida de ter acesso ao filho, ruptura que representaria prejuízos a este, especialmente porque, não obstante viver desde tenra idade com os adotantes, sempre manteve contato com a mãe biológica, de modo que nunca perdeu essa referência materna".

Segundo Tavares, se o inverso acontecesse, ou seja, se o pedido fosse indeferido, "o resultado para a criança seria nefasto, uma vez que sempre nutriu a expectativa de ter os adotantes como seus pais, como, aliás, os trata".

(Marta Barros - Asscom/CGJ)

mãe adotante



Juiz Delvan Tavares, titular da Vara da Infância e da Juventude de Imperatriz

- A Corregedoria Geral da Justiça autorizou os cartórios de protesto extrajudicial do Estado do Maranhão a apresentação, por meio eletrônico, da Certidão da Dívida Ativa (CDA), visando ao protesto extrajudicial de dívida de contribuinte com a fazenda pública.
- Poderão ser apresentadas por via digital para protesto as CDAs emitidas pela União, Estados e Municípios, bem como autarquias e fundações.

- Até hoje (5), a Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam) estará com as inscrições abertas – via sistema Tutor, para os cursos de "Inspeções em Serventias Extrajudiciais" e "Formação de Tutores no Contexto da Magistratura".
- Destinada aos juízes vitalícios, a formação em "Inspeções em Serventias Extrajudiciais" foi planejada a partir de uma solicitação da CGJ à escola e ocorrerá nos dias 25 e 26 de agosto.
- O curso "Formação de Tutores no Contexto da Magistratura" tem o total de 40 horas-aula e é destinado aos juízes vitalícios e vitaciandos. As aulas são na modalidade a distância e serão realizadas de 10 de agosto a 12 de setembro deste ano.

Judiciário lança edital para concurso de notários

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) lançou edital de abertura de concurso público com o objetivo de preencher vagas para serviços notariais e de registros, em todo o Estado. A publicação oficial do edital estará disponível em breve no portal do Poder Judiciário. São 91 vagas disponíveis para preenchimento, sendo 61 por ingresso e 30 por remoção. Portadores de deficiência têm direito a reserva de 5% do total das vagas oferecidas. O concurso será realizado mediante aplicação de prova objetiva no dia 20 de novembro deste ano e trará 100 questões divididas nos temas de direito nas especialidades notarial e registral, constitucional, administrativo e tributário, civil, comercial, processual civil, penal e processual penal, Direito judiciário do Maranhão e Conhecimentos Gerais. A duração da prova será de quatro horas. Os aprovados terão segunda fase com prova discursiva escrita e prática – avaliação de títulos e prova oral. Os interessados devem participar de audiência pública, que será realizada 30 de agosto, às 9h, no Plenário do Tribunal de Justiça do Maranhão, quando serão definidas, por sorteio, as serventias a serem reservadas às pessoas com deficiência (PcD). As inscrições deverão ser feitas por meio do site www.cartorio2016.tjma. ieses.org ouwww.tjma.jus. br em INSCRIÇÕES ON LINE e preencher a ficha de inscrição no período de 5 de setembro de 2016 a 7 de outubro de 2016. Após a inscrição, imprimir boleto bancário e efetuar o pagamento da taxa de inscrição no valor de R\$ 250,00 até 7 de outubro de 2016.

Acusada de homicídio vai a júri na Comarca de Estreito

Júri a ser promovido pela 1ª Vara da Comarca de Estreito no próximo dia 28, as 8h30, no Salão do Tribunal de Júri da unidade, leva ao banco de réus Luzinete de Sousa Guajajara. Ela responde pela acusação de homicídio que teve por vítima Antonio da Silva Dias. De acordo com a denúncia, o crime ocorreu no dia 25 de abril de 2010, por volta das 10h. Ainda de acordo com a denúncia, na ocasião a ré e a vítima, acompanhados de outras pessoas participavam de uma confraternização e ingeriam bebida alcoólica, especialmente cachaça. De acordo com os autos, a vítima Antonio teria sido espancada, agredida a socos e tapas, além de golpeada com uma faca tipo peixeira, resultando em sua morte.

Funcionário de pecuarista é preso e polícia descobre esconderijo

Na segunda fase da operação "Rei da Vela", deflagrada pela 15ª Delegacia Regional de Barra do Corda, prenderam, na manhã de ontem (4), Adriano Souza da Silva, de 37 anos, funcionário do pecuarista Raimar Costa Pinto, capturado no último dia 29 por agiotagem, invasão de domicílio e usura. A polícia também descobriu um esconderijo subterrâneo, na fazenda de Raimar.

Renilto Ferreira, delegado regional da cidade, repassou que as equipes compareceram à fazenda e à residência do pecuarista, a fim de dar cumprimento a mandados de busca e apreensão decretados pelo Poder Judiciário. Na propriedade rural do suspeito, os policiais civis encontraram, em um dos quartos do investigado, um buraco, camuflado entre os pisos, que seria utilizado como esconderijo em situações adversas.

Foram apreendidos um notebook, uma CPU e um coldre, que é um estojo de couro utilizado para se guardar armas de fogo. Além disto, completou o delegado, foi realizada a prisão temporária do funcionário do criminoso. Raymar tinha sido preso em uma operação da Regional de Barra do Corda, sendo que, no percurso para a delegacia, teria ameaçado os policiais civis e o delegado regional Renilto, dentro da viatura.

De forma debochada e audaciosa, e com "indiretas", o pecuarista falou, segundo o delegado, que, não tinha medo de morrer e que, em sua sepultura, caberiam todos que estavam no carro policial. O criminoso, inclusive, havia isolado o imóvel de uma das vítimas, trancafiando portas e janelas com pregos e colocando barricadas (com galhos de árvores) em todos os acessos à casa, para que os moradores não retornassem para lá.

Ferreira contou que Raimar agiu de tal forma porque o morador estava devendo a ele, em virtude de empréstimos que o fazendeiro fazia com empresários e até expolíticos da região, cobrando juros exorbitantes, em até 20%, o que caracteriza o crime de usura. Em sua casa, foram apreendidas, dentro de um cofre, várias notas promissórias, anotações e até "contratos de agiotagem". Ele era muito temido na região por conta de sua conduta agressiva, e, em virtude disto, as vítimas pensavam duas vezes antes de procurar ajuda policial. Uma das pessoas que fez um empréstimo com o pecuarista, inclusive, teria adquirido uma depressão devido à dívida, que alcançava valores elevados, e, também, por conta das ameaças aterrorizantes de Raimar contra ela e sua família. (NM)